CONSELHO DE ILHA DE
SANTA MARIA
Largo Nossa Senhora da Conceição – 9580 Vila do Porto
Santa Maria – Açores

ATA DA PRIMEIRA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DE 2019

----- Aos dezassete dia do mês de abril de dois mil e dezanove, pelas catorze horas, reuniu o Conselho de Ilha de Santa Maria (CISM), na Sala Polivalente D. Carlos Filipe Ximenes Belo da Biblioteca Municipal de Vila do Porto para primeira reunião extraordinária, tendo como pontos da ordem de trabalhos: ponto um: preparação para a visita estatutária do Governo Regional dos Açores à ilha de Santa Maria, de vinte e nove de abril a um de maio de dois mil e dezanove; ponto dois - segunda alteração ao Decreto Legislativo Regional N.º 32/2008/A, de 28 de julho, regime jurídico da Reserva Agrícola Regional.----------

----- A esta reunião, compareceram os conselheiros Pedro Miguel Teixeira Carreiro Coutinho, Carlos Henrique Lopes Rodrigues, Maria Helena Cabral de Lordelo, Daniel da Silva Gonçalves, José de Andrade Melo, Marco André Braga Carvalho, Jorge Luís da Costa Pessoa Pereira da Costa, José da Ascensão Cabral Branco, José Arsénio Sousa Chaves, António Manuel de Sousa Braga, Duarte Manuel Braga Moreira, Aníbal Cabral Moura, Jorge Alberto Cabral Botelho e Márcia Catarina Costa Santos. Informaram a mesa da sua ausência, com justificação, os Conselheiros Roberto Furtado Lima de Sousa, Eduardo Manuel Pereira Cambraia, Jorge Alberto Monteiro Santos, José Emanuel Sousa Medeiros (ainda não tomou posse), e as Conselheiras Maria Dulce de Oliveira Resendes e Graça Pombeiro Andrade Morais. Estiveram também ausentes os deputados (as) da ALRAA, Bárbara Pereira Torres de Medeiros Chaves, João Vasco do Monte Ferreira Pereira da Costa, e Elisa Lima de Sousa. -----

----- Apesar de terem sido tomadas providências no sentido de a reunião ser gravada, à semelhança das outras, por forma a registar-se integralmente as intervenções e, com isso, facilitar o trabalho da mesa na elaboração da ata, esta foi informada no dia seguinte à reunião, que o registo áudio da mesma só gravou os primeiros cinco minutos, tendo ocorrido uma avaria técnica. De resto, habitualmente, a ata da reunião de preparação do memorando para as visitas estatutárias contemplam, de modo global, a própria redação do memorando, que espelha as intervenções dos vários conselheiros. As notas que se seguem na ata, dirão respeito às deliberações nos dois pontos e nos registos que os conselheiros pediram para que ficasse anotado.----------

----- No período antes da ordem do dia tomaram a palavra dois cidadãos, tendo sido primeiro o senhor Ricardo Afonso, que pediu a palavra para fazer uma intervenção acerca da necessidade de intervenção na estrutura da Escola Básica e Secundária de Santa Maria. A sua intervenção segue anexa a esta ata; seguidamente, o cidadão Pedro Amaral, enquanto aluno e representante dos alunos da Escola Básica e Secundária de Santa Maria, reiterou os pontos da intervenção anterior, comprovando que foi esse tema, precisamente, que o levou a participar no Conselho de Ilha, salientando que o estado de degradação geral do edifício é preocupante, requerendo uma intervenção urgente a vários níveis, tal como relevado em protestos estudantis, nomeadamente no do dia 5 de abril. ----------

----- Dando prosseguimento imediato ao primeiro ponto da ordem de trabalhos, a mesa decidiu usar o contexto da intervenção do público, no período antes da ordem do dia, para fazer desse assunto o primeiro ponto, pelo que se seguiu um pequeno debate, onde os conselheiros foram unânimes em considerar premente uma intervenção estruturada no edifício deste importante equipamento. Seguidamente, o presidente do Conselho de Ilha solicitou aos conselheiros que apresentassem questões ou pontos que pudessem integrar o memorando, por forma a que ele captasse o essencial das preocupações dos marienses, pelo que foram integrados e discutidos os seguintes pontos: rede viária regional, rede viária rural e florestal, turismo, infra-estruturas portuárias, transporte marítimo de mercadorias, investimento na área das tecnologias aeroespaciais, trilhos de BTT, disseminação de plantas endémicas nos jardins e miradouros da ilha, falta de representação de direções regionais do governo regional dos Açores, formação profissional, ordenamento do território da zona do Aeroporto, aerogare do Aeroporto de Santa Maria, saúde e, por fim, Forte São João Batista. Todos os pontos foram debatidos, tentando-se gerar um consenso sobre a pertinência dos mesmos, ao mesmo tempo que se discutiu formas de intervenção que os pudessem remediar, indo de encontro às expectativas dos marienses, através daquilo que os conselheiros acharam ser necessário sublinhar, dentro de um espírito de crítica construtiva.

----- Deste modo, o memorando foi construído com base nas notas tiradas na reunião, bem como pelo contributo dos vários conselheiros que, oportunamente, foram apresentando sugestões e correções à versão inicial, melhorando a assertividade das observações e eliminando incongruências ou ambiguidades. Os conselheiros que deram, diretamente, o

seu contributo foram os seguintes: Jorge Botelho, Márcia Santos, José Melo, António Braga, Duarte Moreira, Roberto Sousa e membros da Mesa. Deste modo, pode concluir-se que a posição do Conselho de Ilha relativamente à estrutura do memorando foi unânime. Contudo, relativamente à redação do ponto que diz respeito aos caminhos rurais e florestais, o conselheiro Duarte Moreira quis sublinhar que não se revia na redação do mesmo, que considera ter uma linguagem hostil, apesar de se concordar, de forma genérica, com o seu conteúdo. De resto, a propósito do ponto dedicado ao investimento na área aeroespacial, o mesmo conselheiro solicitou que ficasse registado em ata a sua posição relativamente à forma como, de forma clara, inequívoca e oportuna, o governo regional tem esclarecido a população mariense, posição que contrariou a posição da conselheira Márcia Santos, defendendo precisamente uma ideia contrária. ----------

----- Para concluir este ponto, ficou esclarecido que o tópico dedicado à saúde ficaria dependente do memorando específico entretanto redigido por este Conselho de Ilha, conforma notas da última reunião ordinária. ----------

----- A reunião do Conselho de Ilha, de seguida, deu atenção ao segundo ponto, tendo o presidente do Conselho de Ilha partilhado algumas notas que permitiam enquadrar o âmbito deste assunto. Após uma breve discussão sobre o tema, não havendo qualquer observação a acrescentar ao documento original, o Conselho de Ilha, por unanimidade, decidiu dar um parecer favorável à segunda alteração ao Decreto Legislativo Regional N.º 32/2008/A, de 28 de julho, regime jurídico da Reserva Agrícola Regional. ----------

----- Nada mais havendo a tratar, deu-se por encerrada a reunião, pelas dezanove horas e dez minutos, da qual se lavrou a presente ata, que depois de lida e aprovada, será assinada nos termos da lei.

Daniel Gonçalves

Sr Presidente do Conselho Ilha, Sr Presidente da Assembleia Municipal, Sr Presidente CMVP, Exmas Sras e Srs Conselheiros e todos os restantes presentes, muito boa tarde.

A Escola Básica e Secundária de Santa Maria estará certamente entre os edifícios públicos em Santa Maria que maior número de utilizadores tem e estará certamente entre os maiores (se não for mesmo o maior edifício) em termos de área coberta e construída.

Além disso, a Escola pelas suas características é uma infraestrutura à qual não há alternativas. A título de exemplo, não vislumbro uma solução imediata caso fosse necessário encerrar a Escola para efectuar obras profundas.

Mesmo que surjam soluções temporárias tais como "contentores" para substituir as salas, convenhamos que toda a movimentação de homens e máquinas no perímetro escolar, além de levantar questões de segurança, causaria ruído e acabaria por prejudicar o normal decorrer das aulas e com isso prejudicaria os alunos.

Penso que concordarão que a coexistência em simultâneo de aulas e "grandes" obras nesta ou em qualquer outra escola, será praticamente inviável e a realizar-se terá de certeza impactos negativos.

Em resumo, a EBSSM, como qualquer outra escola, não se pode degradar ao ponto de necessitar de intervenções profundas, e tem por isso que ser alvo de intervenções regulares de forma a solucionar de imediato eventuais problemas que possam ir surgindo.

Alguns de vós são pais/ mães/ encarregados de educação, e por certo já se aperceberam pelos sinais exteriores, que a Escola não se encontra no melhor estado.

Não é necessário prestar muita atenção para se verificar visualmente que as paredes, os edifícios, os jardins, apresentam sinais de degradação, ou que pelo menos poderiam estar em muito melhores condições.

Não é necessária nenhuma competência técnica especial para verificar que os edifícios designados por "Blocos" apresentam fissuras, e se não forem reparadas irão acabar por danificar os elementos do edifício obrigando a intervenções de fundo.

Algumas situações são até caricatas, como é o caso das redes de vedação. Um elemento cuja função é o de oferecer proteção e segurança, é neste momento um elemento que oferece perigo de cair.

Qualquer um dos presentes que tenha os filhos a frequentar a escola, já deve ter ouvido queixas que as salas são muito quentes, que não se vê bem o quadro, que os chuveiros não prestam, ou até que a comida não é boa, entre outras ···

Provavelmente, desvalorizaram tal como eu, e pergunto: Mas porquê é que temos tendência para desvalorizar ao invés de "averiguar" estas queixas das crianças?

Porque sabemos que nas Escolas existe um conjunto alargado de profissionais cuja função é também a de garantir o bom estado geral da escola e das condições escolares, e ainda que existam alguns sinais exteriores de degradação do edifício, da rede, dos jardins, ou até dos portões,··· no fundo queremos acreditar que no interior da escola está tudo bem, só que não! Não Está!

Exmas Sras e Srs, podem achar que estou a exagerar, no entanto as evidencias e as reações de uma quantidade considerável de pessoas perante algumas fotografias torna claro que muitos Marienses, entre os quais vários antigos alunos que agora já são eles mães/pais, partilham desta opinião: A Escola está degradada e vários referem ainda: que já estava degradada quando ainda a frequentavam e que nada foi feito desde então.

No passado dia 5 Abril houve um protesto estudantil que inclusivé passou na RTPAçores.

É minha convicção que este protesto só existiu e só se concretizou porque existe um descontentamento REAL e generalizado por parte dos alunos.

Convenhamos que um protesto estudantil não é frequente, e só esse facto já é revelador que algo não está bem.

Entre as principais queixas apresentadas estavam a Cozinha, a Cantina e o Pavilhão Desportivo.

Posteriormente a este protesto estudantil de 5 de Abril, vieram a público fotografias do interior dos balneários, onde é facilmente percetível que as condições são inaceitáveis e é até incompreensível ao ponto a que os mesmos chegaram!

Eu confesso que me transtornou! Não só pelo espaço mal adaptado (considerando os padrões actuais), como pelas sanitas e urinóis partidos, assim como por nem sequer ter torneiras! É verdade, ouviram bem!

Um balneário sem os manípulos das torneiras, que é algo que custa literalmente meia-dúzia de Euros cada uma. Acho que é revelador!

Quanto à cantina e à cozinha não sei concretamente quais os problemas, mas há também relatos sobre questões de limpeza e infestações.

No que toca ao Pavilhão, este tem um problema crónico!!! Há cerca de 25 anos que chove dentro do pavilhão, ou seja, uma infraestrutura que foi projectada/construída para ser utilizada em tempo de chuva, não pode ser utilizada adequadamente quando está a chover, mas isto já há 25 anos e aparentemente sem que nada se tenha conseguido fazer até agora!

É um problema que já dura há tanto tempo que já deixou de ser defeito e passou a ser feitio, pois parece que já toda a gente se habituou.

Como pai e até como cidadão, após ter conhecimento deste estado de situações escolares, não posso aceitar que tal se perpetue por muito mais tempo.

Tudo isto me espanta mais ainda, quando existem leis sobre higiene e segurança no trabalho para as empresas e comerciantes, e depois aparentemente as escolas não têm qualquer tipo de inspeção, porque se tivessem não acredito que a EBSSM tivesse chegado a este ponto.

Tenho muitas mais interrogações que me vou reservar, pois haverão com certeza factores que desconheço, no entanto não posso deixar de vir expor a este Conselho de Ilha toda esta situação, porque considero que 25 anos (nada mais, nada menos, que um quarto de século) é tempo demais para solucionar os problemas do pavilhão, e considero também que uma escola não pode chegar ao ponto de degradação generalizada a que a EBSSM se encontra.

Escusado será referir que a degradação da escola, tal como já está a acontecer, contribui para as más condições escolares e prejudica os alunos, MAS, poderá vir a prejudica-los muito mais se nada for feito, se chegarmos ao ponto das intervenções terem que ser tão profundas que venham a "interferir" com o normal funcionamento das aulas.

Naquilo que está ao meu alcance, não quero daqui a 3, 5, 10, ou quem sabe outros 25 anos ouvir dos meus filhos ou até dos meus netos a seguinte pergunta:" Mas porque é que a escola está assim? Mas porque é que ainda não se fez nada!?".

Como pai e até como cidadão contribuinte é uma posição na qual não quero estar e por isso venho aqui expor esta situação para que se possam tomar as necessárias diligências.

Sei que existe um Comunicado do Conselho do Governo, datado de 25 de Julho de 2018, cujo ponto 4ª diz:

"4. Autorizar os procedimentos necessários para a elaboração do projeto de várias obras na Escola Básica e Secundária de Santa Maria, com vista à melhoria de condições desta infraestrutura escolar.

Esta intervenção contemplará a substituição de vedações, a correção de infiltrações no ginásio e balneários, a criação de uma ligação entre edifícios que permita a proteção da chuva, a remodelação da cozinha e cantina, a correção de suportes e ampliação da sala de professores."

Bem, de imediato surge logo a questão: Será que os Procedimentos para elaboração do projeto já estão autorizados? Será que o projecto já está a ser elaborado? É que se não estiver é mau sinal. Entre a autorização para a elaboração de projecto, a elaboração do próprio projecto, a elaboração dos cadernos de encargos, concurso publico que poderá não ter concorrentes se os valores forem "desajustados", a adjudicação, eventuais contratempos, ainda corremos risco de ter que esperar outro quarto de século, mais 25 anos.

O problema é conhecido, é real, e só terá tendência a piorar e por isso é importante garantir que as obras sejam feitas, e se necessário, de uma forma faseada, para não prejudicar os alunos com ruídos de obras em tempo de aulas, a solucionar um problema que não deveria ter chegado a existir se tivesse havido ao longo destes anos uma adequada manutenção e inspeção da infraestrutura escolar.

Como até estamos em período de interrupções lectivas, julgo que seria útil e até oportuno este Conselho de Ilha realizar uma visita à Escola, para confirmar todas as situações relatadas, e até quem sabe identificar outras para incluir neste "projecto para várias obras".

Uma vez que também está para breve a visita Estatutária, aproveitar essa mesma visita para apresentar novamente todas estas questões e sensibilizar o G.R. para a necessidade de realizar as melhorias, e alertar que as mesmas não podem transtornar o normal funcionamento da Escola, para não se prejudicar os alunos com a solução a um problema que nunca deveria ter tomado estas proporções, assim como informar sobre o descontentamento generalizado por parte dos alunos, mães e pais Marienses que começam a ter conhecimento de todas estas situações.

Sem nada mais a referir, muito obrigado.

17 Abril 2019

MEMORANDO 2019

O Conselho de Ilha de Santa Maria aguarda com expectativa a visita estatutária do Governo Regional, uma vez que se trata de um momento de aproximação efetiva e real entre quem governa e quem é governado.

Desde a última visita estatutária, no passado verão, fomos esperando a execução dos compromissos plasmados no comunicado de governo de 25 de julho de 2018, mantendo a expectativa quanto a uma série de investimentos necessários para a ilha de Santa Maria.

Em reunião extraordinária, a 17 de abril, este Conselho de Ilha debruçou-se sobre vários sectores que influenciam o bem-estar dos marienses, tendo elencado alguns pontos, que acabam por resumir-se em desejos e intenções de investimento, propostas que são legítimas e que os marienses gostariam de ver atendidas por este Governo Regional. Seguem-se, então, quinze pontos, todos de índole vária:

1. ESCOLA BÁSICA E SECUNDÁRIA DE SANTA MARIA

O Conselho de Ilha é unânime em achar que já não basta cumprir-se a intervenção prometida pelo GRA em 2018, cujo atraso se lamenta profundamente. É urgente um plano de reabilitação total do maior e mais importante equipamento público da ilha. Assim, para além dos investimentos previstos na remodelação da cozinha e refeitório, vedações, alpendres de ligação entre os vários edifícios, remodelação e ampliação da sala dos professores, é premente uma intervenção imediata no pavilhão gimnodesportivo, onde a cobertura, o pavimento e as instalações sanitárias apresentam um nível de degradação acentuado.

Ainda assim, não será utópico, com certeza, reivindicar uma escola nova, uma vez que esta se apresenta degradada, sem intervenção de fundo, desde 2003, havendo nela equipamentos obsoletos, e outros em falta, tudo factores que contribuem para um ambiente escolar degradado e triste, influenciando negativamente toda a comunidade escolar. A ilha de Santa Maria não pode, de forma alguma, orgulhar-se de estar na vanguarda do investimento tecnológico, antecipando o século XXII e ter uma escola obsoleta do século XX.

2. REDE VIÁRIA REGIONAL

Ano após ano, o Governo Regional tem vindo a ignorar as reclamações dos marienses, plasmadas nos consecutivos memorandos deste órgão, relativamente ao estado degradado de alguns troços na maioria das estradas regionais da ilha. É urgente a criação de um Plano de Intervenção a Médio/Longo prazo, não obstante, seja premente uma intervenção imediata nos seguintes troços: Pico Alto / Arrebentão / Santo Espírito / Almagreira, acesso ao Pico Alto, estrada da Birmânia, acesso ao Farol de Gonçalo Velho, no lugar da Maia.

3. REDE VIÁRIA RURAL, FLORESTAL E AGRÍCOLA

Não se compreende como é que os agricultores podem exercer o seu trabalho com dignidade e eficiência se, em muitas situações, carregam fardos de palha às costas, por não poderem transitar com os seus veículos em muitos dos caminhos que servem as suas explorações agrícolas. Esta situação não pode ser continuamente tolerada pelos marienses, sensíveis a este assunto, uma vez que prejudica, transversalmente, toda a comunidade. Não podemos tolerar que os serviços florestais da Ilha de Santa Maria sejam uma barreira ao desenvolvimento de sinergias que potenciem os investimentos na melhoria dos caminhos rurais, florestais e agrícolas, quando deviam ser os impulsionadores de uma gestão eficiente deste assunto, para bem de todos. Não podemos ficar reféns de diferendos sobre quem é a responsabilidade da manutenção dos caminhos rurais, florestais e agrícolas de Santa Maria, pois há instrumentos de gestão territorial como o PDM, que tornam claro o que apenas a poucos parece confuso. Recordamos que o PDM em vigor é recente e teve o contributo de várias entidades, não nos parecendo aceitável existir serviços governamentais de ilha que contradigam o que está definido neste instrumento de gestão territorial.

Entre vários caminhos que necessitam de intervenção urgente, gostaríamos de elencar estes, já assumidos pelo Secretário Regional da Agricultura e Pescas, como prioritários para 2020: Caminho da Trevina e Caminho do Tagarete, ambos em Santa Bárbara. Em Almagreira é urgente uma intervenção no Caminho do Tremoçal e em vários troços no lugar do Monteiro. Nas restantes freguesias, sem excepção, há caminhos onde é necessário intervir, da mesma maneira.

4. TURISMO

Os dados estatísticos do turismo em Santa Maria não são animadores e parece antever-se uma tendência para uma crise, sobretudo nos meses de outubro a abril. Acreditamos que a política de encaminhamentos não nos favorece de todo e que o Inverno IATA, podendo apresentar-se como um sintoma da falta de interesse por parte da tutela, terá de ser mais favorável em termos de acessibilidade aérea à ilha. O Inverno IATA é tão mau que acaba por ensombrar o incremento de voos e de lugares no Verão IATA. Todos sabemos que, ainda assim, encontrar um lugar para viajar de e para Santa Maria é sempre uma aventura. Infelizmente, enquanto o número de lugares, a frequência e o preço dos voos se mantiver nos moldes actuais será muito difícil vislumbrar-se uma melhoria no turismo em Santa Maria. Deste modo, o Conselho de Ilha pugna por um Inverno IATA que contrarie a escassez de voos e de lugares, aumentando a frequência dos mesmos, à semelhança do que constatamos no verão IATA de 2019, cujo incremento de lugares e frequências veio de encontro às pretensões deste órgão que representa os Marienses, evidência com que nos congratulamos.

Por outro lado, a operação marítima de passageiros requer uma programação que, independentemente da celebração da festividade do Santo Cristo de Ponta Delgada, se organize no período entre 1 de maio e 30 de setembro. De qualquer modo, o Conselho de Ilha acredita que precisamos de um sistema integrado de transportes que funcione melhor, e que sirva durante mais tempo os marienses.

5. INFRA-ESTRUTURAS PORTUÁRIAS

Continuamos a ser a única ilha com porto comercial sem piloto de barra, o que é inadmissível. O Governo Regional dos Açores continua a ignorar a importância da dragagem do porto de Vila do Porto, com nítidos prejuízos para o incremento comercial e turístico da ilha. Aliás, a inexistência das devidas dragagens, têm criado restrições de operacionalidade do Porto quanto aos calados das embarcações. Um equipamento como é um Porto Comercial, quer-se operacional e com capacidade de crescimento e não de diminuição de operacionalidade como se têm constatado. Acreditamos, igualmente, ser necessário prolongar o cais comercial até à ponta do molhe.

Tem sido notado, ao longo dos anos, que há contínuas derrocadas na falésia de acesso ao cais de Vila do Porto e do porto de recreio junto à marina, pelo que este Conselho de Ilha está interessado em saber se as falésias e encostas estão a ser devidamente acompanhadas e monitorizadas para a segurança de todos.

De resto, quais são os investimentos previstos pela Portos dos Açores em toda a bacia do Porto (Comercial, Passageiros, Pescas e Recreio) quer ao nível da aquisição de novos equipamentos, como nas devidas manutenções tanto de equipamentos como de infra-estruturas, algumas delas em estado avançado de degradação?

Uma vez que existe a necessidade de aumentar o parque de estacionamento de embarcações no porto de recreio, havendo procura e espaço para tal – sendo, efectivamente, uma mais-valia na "época baixa", com a recolha de mais embarcações, o que por si só incrementa a ocupação de voos, hotéis, restaurantes, rent-a-car e reparações navais, por exemplo – prevê o Governo Regional dos Açores intervir neste ponto, demonstrando uma visão estratégica de crescimento da economia da ilha?

E porque não há memorando sem esta questão, voltamos a insistir na necessidade de dotar de melhores condições, pelo menos um dos portos alternativos ao de Vila do Porto, por razões já sobejamente conhecidas, mas que constituem uma garantia de salvaguarda de acessibilidade e segurança em situações adversas, bem como contribuindo para o desenvolvimento do Turismo.

6. TRANSPORTE MARÍTIMO DE MERCADORIAS

A inconstância dos transportes marítimos de mercadorias, com graves prejuízos para os produtores marienses, leva-nos a acreditar que falta uma lógica de sequência nos transportes, entre os vários operadores, que permita uma viagem no menor tempo possível. Este facto provoca constrangimentos quer na importação como na exportação de mercadorias, retirando qualidade ao produto que se exporta. Toda a complexidade logística dos transportes, como é o exemplo flagrante do transporte de gado vivo, afecta o bem-estar dos animais, o que devia ser evitado. Infelizmente, isto acontece nas várias ligações marítimas, e sempre no sentido Santa Maria para as ilhas dos Grupos central e Ocidental, Portugal Continental e Madeira.

Em última análise, prevê o Governo Regional dos Açores rever o modelo de transporte marítimo de mercadorias, ou uma solução que venha a dirimir estes problemas concretos?

7. INVESTIMENTO NA ÁREA DAS INDÚSTRIAS AEROESPACIAIS

O Conselho de Ilha de Santa Maria reconhece a complexidade e desconhecimento transversal deste tipo de tecnologias, e que, consequentemente, neste momento sabemos tudo quanto há e se pode saber sobre este assunto, até porque as sessões de esclarecimento foram claras no sentido de confirmarem que, neste momento, não há desenvolvimentos que não sejam do conhecimento público. Todavia, acreditamos que o Governo Regional dos Açores deverá fazer um esforço adicional para que toda e qualquer comunicação e notícia sobre este tema seja dada em primeira mão às instituições legitimamente eleitas para representar os marienses, e não através de informação do GACS ou outro órgão de comunicação social. Achamos justa e merecida esta pretensão, porque estão em causa projetos centrados na ilha de Santa Maria, estando em causa o futuro dos marienses.

O Conselho de Ilha assumiu um compromisso de centrar a sua próxima reunião ordinária de Maio na definição de contrapartidas mínimas que devem ser asseguradas aos marienses, no caso destes investimentos se concretizarem. Acreditamos que não basta a fixação da indústria aeroespacial em si, mas que todos os sectores beneficiem de um investimento extra, nomeadamente ao nível da educação, cuidados de saúde ou acessibilidades.

8. TRILHOS DE BTT

O Conselho de Ilha reivindica a necessidade da limpeza e intervenções de segurança nos trilhos de BTT do Pico Alto, sublinhando que esta acção, tanto desportiva como ambiental, permitiu a recuperação de trilhos ancestrais e a abertura de outros inéditos, valorizando e incentivando o crescimento desta prática desportiva, com forte componente de animação turística. De resto, para quando a execução do anunciado projecto Azores Eco Bike Trails, anunciado em 2014?

9. DISSEMINAÇÃO DE PLANTAS ENDÉMICAS NOS JARDINS E MIRADOUROS DA ILHA

O Conselho de ilha defende que o GRA deverá privilegiar a plantação de espécies endémicas dos Açores, nos jardins e miradouros da responsabilidade dos serviços da região, aumentando assim a sua beleza e atração turística. Defende também o Conselho de Ilha a recuperação territorial da Giesta (*Citisus scoparius*), nos jardins e taludes de estradas, a qual, apesar de não ser uma planta autóctone, não é infestante, detém muita beleza e é uma

espécie "histórica e identitária" para a ilha de Santa Maria, tendo sido responsável pela sua denominação de "Ilha Amarela".

10. FALTA DE REPRESENTAÇÃO DE DIRECÇÕES REGIONAIS DO GOVERNO REGIONAL DOS AÇORES

O Conselho de Ilha considera ser necessário e fundamental uma presença institucional, com representação e competências de cada uma das Direcções Regionais do Mar, Pescas e Turismo em Santa Maria, sendo essa pretensão fundamental para estreitar laços e tornar mais eficiente e célere a intervenção do Governo Regional dos Açores na ilha, dentro das áreas aludidas.

11. FORMAÇÃO PROFISSIONAL

O Conselho de Ilha sente que é uma necessidade premente o incremento da formação profissional técnica, nomeadamente, através da oferta curricular alternativa do Pólo da Escola Profissional da Câmara de Comércio e Indústria de Ponta Delgada, bem como da própria Escola Básica e Secundária de Santa Maria.

12. ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO DA ZONA DO AEROPORTO

O Conselho de Ilha acredita existir uma falta de conhecimento generalizado sobre a forma como a alienação dos terrenos e imóveis se processa, em particular na forma de acesso aos pedidos de cedência, aquisição ou venda dos mesmos. Igualmente, parece existir uma falta de estratégia na cedência de terrenos na zona limítrofe à zona industrial, sendo preocupante a "manta de retalhos" que parece estar a ser facilitada. O Conselho de Ilha acredita ser urgente e fundamental a promoção de um diálogo concertado entre a Vice-Presidência e o Município de Vila do Porto, por forma a criar-se uma estratégia integrada e evitarem-se constrangimentos futuros na organização desse território.

13. AEROGARE DO AEROPORTO DE SANTA MARIA

O Conselho de Ilha lamenta que a infraestrutura aeroportuária se esteja degradando a olhos vistos, necessitando de uma intervenção urgente. Exortamos o Governo Regional dos Açores a exercer pressão sobre a VINCI, de modo a garantir a segurança e o conforto dos utentes e trabalhadores desta infra-estrutura.

Dentro desta ideia, e porque cada mês que passa, a recuperação da Torre de Controlo se torna mais urgente, para quando está prevista a intervenção do Governo Regional dos Açores, cujo compromisso tem anos?

14. SAÚDE

Sobre este tópico foi criado um memorando à parte, por ser tão importante e tão urgente o debate à volta dos problemas que esta área apresenta. Não podemos continuar a ter cuidados de saúde tão precários, nem a adiar soluções que são fundamentais para garantir o acesso a cuidados de saúde, numa ilha que se queixa dos mesmos problemas há demasiados anos seguidos.

15. FORTE SÃO JOÃO BATISTA PRAIA FORMOSA

Todos os anos repetimos a mesma preocupação e exortamos o Governo Regional a apresentar uma solução que vá de encontro aos desejos da recuperação da mais importante fortificação da ilha e a mais antiga dos Açores. O Conselho de Ilha acredita que este imóvel, por ser de interesse regional, não deve ser uma responsabilidade exclusiva do município, devendo ser recuperado numa parceria assumida entre as duas partes.

Pelo Conselho de Ilha,
Vila do Porto, 23 de abril de 2019.

ANEXO

MEMORANDO SAÚDE

Tendo em conta as preocupações levantadas pelo último Conselho de Ilha, com particular ênfase nos tópicos dos cuidados de saúde a que os marienses têm direito e acesso, apresentamos um conjunto de problemas e constrangimentos, para os quais estudamos hipóteses de solução ou alternativa. Esperamos que este nosso estudo contribua para a discussão do tema e que se encontrem soluções capazes de dar resposta às inquietações dos marienses.

1.

Número reduzido de lugares nos voos da SATA para utentes da USI, que obriga ao atraso de consultas e impossibilita a viagem de acompanhantes.A proposta do Conselho de Ilha é reservar-se mais lugares para a USI, aumentando-se, também, a frequência e a capacidade instalada de transporte de passageiros, sobretudo, entre as ilhas de Santa Maria e São Miguel; dar-se prioridade em lista de espera a acompanhantes de doentes é também uma solução a ter em conta.

2.

Consultas em Ponta Delgada em dias de apenas um voo diário, que obrigam a ficar dois ou mais dias fora de Santa Maria.A proposta do Conselho de Ilha é condicionar a marcação de consultas fora da ilha em dias de dois voos, excepto em casos de internamento. Faz sentido, neste ponto, reiterar parte da solução apresentada no ponto 1 – "aumentando-se, também, a frequência e a capacidade instalada de transporte de passageiros" – certamente minimizava este constrangimento.

3.

Falta de conciliação de consultas nos utentes deslocados a Ponta Delgada, que obriga a ficar vários dias em São Miguel, ou até a deslocações consecutivas na mesma semana.O Conselho de Ilha propõe a marcação de uma sucessão de consultas para um só dia, criando-se a figura do "**Assistente do Utente**" onde todo o relacionamento entre os diversos organismos de cuidados de Saúde (públicos e privados) e o Utente possam ser devidamente coordenados.

4.

Inexistência de serviços administrativos durante as últimas consultas do dia, que criam a necessidade, escusada, de uma deslocação num dia subsequente à USIapenas para tratar de questões administrativas. A solução proposta pelo Conselho de Ilha é manter o gabinete administrativo de apoio aos atos médicos aberto até ao final das consultas.

5.

A informação das viagens só é facultada a poucos dias das consultas, trazendo grandes transtornos aos utentes na organização da sua vida pessoal e dificultando a reserva de estadia. Aconselha-se, portanto, que a informação da deslocação seja dada ao utente no momento da confirmação da reserva, ou em alternativa, com a maior antecedência possível, para evitar constrangimentos vários.

6.

Falta de apresentação do Relatório Anual de USI, impossibilitando os membros do Conselho Consultivo de fazerem uma análise das atividades desenvolvidas e avaliarem se as propostas de Plano de Atividades vão ao encontro das melhorias necessárias. O Conselho de Ilha crê que a apresentação anual do relatório de atividades deve ser obrigatória, sem o qual não se deveria aprovar o plano e orçamento dos anos subsequentes.

7.

Impossibilidade de marcar consulta com o médico de família em tempo útil, uma vez que não existe um plano de consultas de Família, de forma a garantir consultas de rotina a todos os utentes da USI. Neste momento, esperam-se vários meses para marcar consulta com o médico de Família. O Conselho de Ilha crê que devem ser criadas condições para qualquer utente conseguir uma consulta num prazo máximo de 15 dias. Recomenda-se que o médico que faça parte do Conselho de Administração da USI tenha uma redução/transferência de utentes para os restantes médicos, pois os utentes deste médico não devem ser penalizados por qualquer questão administrativa e consequente de uma acumulação de cargos/funções.

8.

Quadro de médicos em número insuficiente, que não garante consultas de família diárias, nem um serviço de urgência 24 horas, perturbando o serviço de internamento e a direcção clínica. Neste momento, é evidente que, durante o dia, o serviço de urgências é utilizado por utentes que não conseguem marcar consulta no seu médico de família em tempo útil, sendo

frequentes as situações da USI disponibilizar apenas dois médicos, e por vezes um, para garantir todos os serviços da USI. Não estão salvaguardados os períodos de Férias dos Médicos com a sua substituição por outros que garantam os serviços mínimos desejados da USI.É humanamente impossível estarem em condições físicas e intelectuais para prestar um serviço de qualidade trabalhando intensamente e consecutivamente sem os períodos mínimos aceitáveis para o descanso do trabalho. No mínimo, para colmatar esta situação, acreditamos que a USI deve ter nos seus quadros, quatro médicos de família, bem como três médicos para o serviço de urgência e internamento.

9.

Horas de espera no atentimento urgente, que sendo excessivas causam grande transtorno nos utentes. O Conselho de Ilha crê que este assunto se prende com a falta de médicos, e que seria importante impôr-se um tempo máximo razoável para comparência de um médico, e que o mesmo fosse divulgado a todos os utentes que recorrem ao atendimento urgente.

10.

Inexistência de Portal da USI de Santa Maria, que contribui para a falta de informação à comunidade, incapacitando, por exemplo, o utente ter acesso a todos os exames, medicamentos e considerações dos diversos atos médicos. A solução passaria pela criação de um portal, onde cada utente possa ter o seu acesso acedendo a tudo o que se passou e que se relaciona com a sua saúde, como pedir medicamentos, marcação de consultas, entre outros.

11.

Falta de um plano de consultas de especialidade, que não permite uma gestão eficiente do acesso a consultas de especialidade. Os utentes, na sua maioria, e dentro das suas possibilidades, têm recorrido a meios próprios para satisfazer as suas necessidades. Todavia, a maioria da população mariense não tem recursos para obter apoio médico de especialidade fora da ilha. O Conselho de Ilha crê que é urgente a criação de um plano com consultas de especialidade trimestral.

12.

Falta de comunicação dos resultados de rastreios em Santa Maria, que compromete uma estratégia de prevenção eficiente, sugerindo-se, pois, uma divulgação da informação em tempo útil.

13.

Falta de técnicos de fisioterapia, tendo em conta que a fisioterapia é um problema sério em Santa Maria, com listas de espera de seis a mais meses, mesmo com menção "urgente" por parte de médicos especialistas. Sugere-se, portanto, a ampliação do espaço e aquisição de mais equipamentos, tentando-se manter um mínimo de dois fisioterapeutas em serviço.

14.

Meios de diagnóstico complementares a serem efectuados nos Hospitais da RAA, cujos resultados se perdem, por vezes, no vaivém entre instituições. Entende este órgão que é da estrita responsabilidade da USI de Santa Maria, o controle, monotorização e devido acompanhamento de todos os exames solicitados a outros organismos de Saúde utilizados pelos SRSA.

15.

Alteração de medicação prescrita por médicos da especialidade, sendo frequente a alteração de medicação por parte do médico de família, sem consulta prévia à especialidade que o receitou. O Conselho de Ilha crê que sempre que existir a necessidade de fazer alguma alteração à prescrição feita por um médico especialista dentro do Sistema Regional de Saúde, o mesmo só deve acontecer depois de auscultada o Serviço de Urgências do hospital de referência para a USISMA, nomeadamente na especialidade em causa.

Vila do Porto, 05 de abril de 2019,
Pelo Conselho de Ilha.